



# Sindjus

Filado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

Ano XIII • Nº 20  
Dezembro de 2004

CORREIOS  
IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATE  
Nº 6652001-0R/BSB  
SINDJUS-DF

# 2005

O ano que termina  
*foi proveitoso, esperamos um  
ano novo ainda melhor!*

# 2004

# Nada como um bom descanso depois (e antes) de uma boa luta

Todas as conquistas obtidas com luta são difíceis, mas são as mais gratificantes. Em janeiro, quando a maioria dos servidores do Judiciário e do MPU estiver em férias, será paga a última parcela do PCS.

Mas lembre-se: ainda existem distorções a serem corrigidas e vamos fazer isso em 2005. Aproveite bem as férias, pois precisamos de você, com as forças renovadas, na luta pela reestruturação dos nossos Planos de Carreira.



**SINDJUS-DF**

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no Distrito Federal

SDS Ed. Venâncio V Bl. R  
Salas 108 a 114  
CEP 70393-900 – Brasília – DF  
PABX (61) 224 - 9392  
www.sindjusdf.org.br

#### Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)  
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)  
Wilson Batista de Araújo (TRE)

#### Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)  
Clede de Oliveira Vieira (TRT)  
Edilson Franklin Medeiros (TST)

#### Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)  
Jailton Manguera Assis (TJDFT)  
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

#### Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)  
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)  
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

#### Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)  
Valdir Nunes Ferreira (MPF)  
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

#### Redator e editor responsável

Antônio Carlos Queiroz  
Reg. Prof. DF 00645 JP

#### Colaboradora

Cynthia de Lacerda Borges

#### Projeto Gráfico

Extrema Comunicação - 3033-5255

#### Impressão

ArtGraf

#### Tiragem

10.000 exemplares

# Esperanças de fim de ano

No início de dezembro, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pediu ao Supremo Tribunal Federal uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 59) questionando o Congresso Nacional por não ter instalado uma comissão mista para examinar os atos que geraram a dívida externa brasileira. A omissão do Congresso acaba de completar 16 anos, pois a exigência foi determinada pelo artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) aprovado em outubro de 1988.

A iniciativa da OAB demonstra pelo menos duas coisas. A primeira é que o descumprimento de algumas leis fundamentais não comove parte do Judiciário brasileiro, presa à inércia cultural segundo a qual algumas leis “pegam” e outras não. O artigo 26 do ADCT não pegou por contrariar os interesses do grande capital, cuja força muitos integrantes da magistratura nacional receiam enfrentar. A segunda é que, felizmente, muitos brasileiros e entidades continuam lutando pela construção de um país mais justo, em que a política econômica fique subordinada aos interesses da maioria de nossa população.

Levantamos essa questão exemplar para chamar a atenção dos membros dos tribunais e dos órgãos do Ministério Público para alguns dos desafios que vamos enfrentar no próximo ano.

Está em marcha uma reforma trabalhista que poderá resultar em grandes prejuízos para a classe trabalhadora, sob o pretexto de flexibilizar direitos para baixar o “Custo Brasil” e atrair mais investimentos estrangeiros. Esperamos que Judiciário e o Ministério Público se mobilizem para evitar a revogação de mais alguns direitos fundamentais do povo brasileiro, como aconteceu com a reforma da Previdência.

Esperamos também que a recém-adotada súmula vinculante nunca seja utilizada para que decisões sejam tomadas sem que haja o devido debate nas instâncias inferiores da Justiça. Sem dúvida, é preciso acelerar a tramitação dos processos, mas não ao preço de sufocar exatamente os juízes que se encontram mais próximos da população.

Esperamos ainda a ampliação, em todas as esferas da República, do combate às diversas manifestações da corrupção, incluindo o nepotismo e a terceirização.

Por fim, esperamos o empenho dos administradores para que aprovemos o mais rápido possível os PCS do Judiciário e do MPU, como forma de valorizar os esforços daqueles que estão dispostos a contribuir para que a Justiça seja melhor.

Essas são algumas das expectativas que desejamos ver concretizadas em 2005, abrindo caminhos para mais democracia e mais justiça social em nosso País. ■



**José Geraldo de Souza Junior**

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

## Justiça, um dever de todos

O título deste artigo foi a questão nuclear inscrita no programa do 4º Congresso do Sindjus, realizado em Brasília entre os dias 2 e 4 de dezembro.

Sobre as conferências que a tiveram como tema e sobre as teses discutidas durante o Congresso, há relato suficiente nesta edição do *Jornal do Sindjus*. Contudo, sobre essa questão central, quero estender um pouco mais a discussão.

Em seus ensaios a propósito da *Instituição Imaginária da Sociedade*, o filósofo Cornelius Castoriadis (Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982) afirma que *uma sociedade justa não é uma*

*sociedade que adotou leis justas de uma vez por todas, mas sim uma sociedade onde a questão da Justiça permanece constantemente aberta*. Posta nestes termos a questão, é claro que a Justiça passa a ser uma responsabilidade de todos, não apenas de seus operadores funcionais, ou de seus formuladores legislativos, mas uma condição da política e da cidadania.

Assim como a própria sociedade é uma instituição contínua da política, a Justiça é uma construção social da cidadania e é a resultante da experiência democrática por meio da qual espaços de atuação e de institucionalização e processos sociais novos são permanentemente inventados, realizando direitos e expandindo a emancipação humana.

Não por acaso, o código de abertura para a compreensão dos direitos e garantias fundamentais declarados no artigo 5º da Constituição brasileira é o de que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados". Confirma-se, deste modo, o entendimento de outro filósofo francês, Claude Lefort, segundo o qual a democracia é invenção, porque é a possibilidade contínua de criação de direitos (*A Invenção De-*

*mocrática*, Editora Brasiliense, São Paulo, 2ª edição, 1987).

Se a condição democrática contemporânea é dada pelo requisito da participação legitimadora, o debate sobre a Justiça é, efetivamente, dever de todos. E mais que participação argumentativa, a questão democrática implica, a exemplo do que já acontece em amplos setores do processo legislativo (iniciativa, audiências públicas, ouvidorias) e na gestão (controle social), participação funcional, inserindo o protagonismo social no processo mesmo de realização da Justiça (conselhos, mediação, juízes populares).

Em encontro internacional realizado em 1980, tendo por motivação *a luta pela real democratização das estruturas judiciárias*, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público de Portugal indicou como eixo de reflexão a questão da *participação popular na administração da Justiça*.

Naquela altura, como agora no 4º Congresso do Sindjus, a preocupação foi, ainda uma vez mais, formar um espaço de reflexão coletiva, onde, *acerca da Lei e da Justiça, se confrontem e sintetizem as maneiras possíveis de ver o mundo, de pôr em perspectiva a sua transformação, de intervir nas estruturas que o sustentam e comandam* (Sindicato

dos Magistrados do Ministério Público, *A Participação Popular na Administração da Justiça*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982).

No encontro internacional convocado pelos magistrados portugueses antecipou-se uma questão que é indispensável projetar para as inquietações de hoje, quando se abre a perspectiva de reflexão acerca da Justiça como um dever de todos. Algo que se projeta das conclusões do 4º Congresso como pauta para uma reflexão continuada: considerar, realisticamente, que responsabilidade implica participação. Um reconhecimento que se inscreveu no discurso de abertura do presidente da Direção Nacional do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público de Portugal: "não queria que o facto de se tratar de encontro de magistrados aberto a todos os juristas significasse a pretensão de continuarem a ser os profissionais do foro a determinar o como 'consentem' a participação de 'estranhos' no seu 'domínio' tradicional. Não se trata de suprimir os juristas, mas de começar a dar por findo o seu reino, em termos de exclusividade, nas instâncias judiciárias, de revelar, sem dramas, a perda de um privilégio que, aliás, lhes não aproveita" (op. cit. pág. 11-12).

Por isso se diz que a Justiça é um dever de todos. ■

Se a condição democrática contemporânea é dada pelo requisito da participação legitimadora, o debate sobre a Justiça é, efetivamente, dever de todos.

## Esperanças para 2005

O ano que termina foi proveitoso, mas a categoria espera um ano novo ainda melhor

**Cristina Lima e Fábio Góis**

**É** inerente ao ser humano fazer planos. Idealizações de um futuro melhor, pensamentos positivos e mudanças no estilo de vida são rotinas sempre que o ano termina. Não há quem esteja totalmente satisfeito. Seja pelo curso que ficou para trás ou a insatisfação no emprego, há sempre como mudar. O Jornal do Sindjus entrevistou servidores do Judiciário e do Ministério Público para saber suas avaliações de 2004 e os planos para 2005.

Embora divergentes em algumas questões, as opiniões dos servidores sustentam pontos em comum. A maioria acha que 2004 trouxe conquistas importantes para a categoria. Mas todos concordam que ainda há muito o que fazer. E também são unânimes em afirmar a importância do Sindjus nesse processo. A expectativa é que as lutas dirigidas pelo sindicato garantam boas notícias em 2005, como a reestruturação dos Planos de Cargos e Salários (PCS), cujos projetos devem entrar na pauta do Congresso ano que vem.

**Jornada pesada** – A taquígrafa do Tribunal Regional Federal (TRF) Sônia Maria de Oliveira, 39 anos, sonha com a refor-

mulação nos cargos na seção onde trabalha. É que a jornada diária tem sido desgastante. Sônia lembra que desde 1980, quando entrou no Tribunal, não há concurso para taquígrafo do TRF. “É humanamente impossível ter horário para entrar e não ter para sair. Ultrapassamos 12 horas e não ganhamos horas extras nem adicional de insalubridade”, reclama. A servidora espera que haja concurso em 2005.

Para Sônia, outra mudança bem-vinda no tribunal seria a implantação de um sistema tecnológico mais ágil, para acelerar o curso dos processos. Segundo ela, demora até 48 horas para que um processo seja liberado na rede, a partir do julgamento. “Esse prazo pode ser diminuído para 12 horas, mesmo com a revisão. E o sistema seria ainda mais eficiente”, diz.

Atuando na mesma seção do TRF desde que entrou no serviço público, a taquígrafa lembra que a categoria sempre foi mal vista pelo restante da população. “Precisamos mudar essa mentalidade. Para isso, temos que provar que somos ágeis e que tra-

balhamos muito”. No campo pessoal, Sônia diz que também foi prejudicada. Ela cursava faculdade, mas teve de trancar a matrícula porque não conseguiu conciliar trabalho e estudo. “Estou sendo impedida de exercer um direito previsto em lei”, de-

ro de Moraes, 28 anos, é um dos que estão satisfeitos com a função exercida no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). Ele não pensa em mudar de profissão. “O objetivo é melhorar aqui mesmo no tribunal, conseguir uma chefia de departamento”,



sabafa. Mas Sônia não pensa em mudar de profissão. Para ela, 2005 pode ser um ano importante para as conquistas da categoria, como o concurso e o aumento salarial.

**Ano proveitoso** – Já o técnico judiciário Anderson Carnei-

revela. Para Anderson, a prioridade em 2005 deve ser mesmo a melhoria das condições de trabalho. “Seria ideal se a gente conseguisse implantar um novo PCS. Esperamos que o sindicato consiga”, diz, apostando que o ano que vem seja melhor que

2004. “Que foi um ano tranquilo, proveitoso. Tivemos uma greve de sucesso, foi um ano bom”, comemora.

O técnico da Procuradoria Geral da República, Sebastião Pereira dos Santos, 35 anos, acha que o ano não foi tão bom assim. “Ainda falta conseguir o reajuste para os servidores. Não conseguimos o reajuste, ainda se favorece muitas pessoas sem vínculo, e não estão investindo muito nos servidores do quadro”, reclama. Ele acha que o sindicato está “de parabéns” e espera que em 2005 os esforços da entidade resultem na reestruturação do PCS. “E que não seja como em 2002, parcelado. Que seja tudo de uma vez, para não perdermos nos anos subsequentes”, comenta.

Sebastião defende também que a questão social seja apreciada pelo Sindjus. “Esperamos

uma política habitacional para os servidores. Vários têm problemas de moradia. Que o sindicato possa viabilizar essa questão, e que esteja mais presente aqui na Procuradoria”, pede. No campo pessoal, Sebastião pretende estudar ainda mais em 2005. Ele cursa Contabilidade na UDF e quer prestar concurso para nível superior.

**Novo PCS** – O técnico de informática do Ministério Público Ricardo Araújo Pinto, 26 anos, embora satisfeito com o salário, acha que deve haver algumas mudanças nas garantias trabalhistas. “Pelo que a gente faz a remuneração está razoável. Mas queremos que seja aprovado o novo plano de carreira. A expectativa principal para o ano que vem é essa”, afirma.

Ricardo confessa que não percebeu muitos benefícios para a categoria em 2004. “Esse ano eu fiquei por fora, porque estive de licença médica por um tempo. Acho que nem melhorou nem piorou”.

Helder Pereira da Silva, 37, há nove anos exerce o cargo de técnico judiciário no Superior Tribunal Militar. Como a maioria de seus colegas, espera que o próximo ano traga mais benefícios à categoria. “Este ano foi interessante, teve muita movimentação. A expectativa para 2005 é que sejam aprovados o Plano de Carreira e a PEC Paralela, para amenizar os efeitos da reforma da Previdência sobre as aposentadorias”, diz.

Planos pessoais não faltam. A aspiração de Helder é galgar cargos de maior importância, sem abandonar sua área de atuação. “Preto fazer concurso para nível superior, mas dentro do Judiciário”, planeja. O servidor também acha essencial o trabalho do Sindjus na defesa dos interesses da categoria, mas entende as dificuldades e limitações que o sindicato enfrenta. “O Sindjus faz o que tem que fazer, e até onde é

possível, porque não é fácil negociar. Uma negociação é um jogo de interesses e, dentro dessa realidade, eles (os diretores) estão indo bem”, pondera.

**Idealismo** – A analista judiciária Elda Eliane de Almeida, 37, trabalha há oito anos no Tribunal Superior Eleitoral. Considera-se feliz e realizada com o que faz, com algumas ressalvas. “Eu me considero realizada profissionalmente, mas não financeiramente. Nosso salário final como analista é o inicial de alguns cargos de Estado. Para a importância de nossa função, é um salário baixo. Eu gosto do meu trabalho, e por isso dizem que sou uma idealista”, grageja.

Politicamente engajada e consciente dos percalços enfrentados pelos servidores durante o governo Lula, Eliane não viu com bons olhos o ano de 2004. “Foi um ano bastante difícil, em todos os setores. O governo Lula têm sido muito duro conosco. O servidor está meio desativado, e nós tínhamos esperanças nesse governo. Esperávamos mudanças na estrutura do Judiciário, reformas de base mais amplas. Até agora não vimos transformações efetivas”, queixa-se.

Para Elda, o suposto descaso do governo em relação aos servidores do Judiciário traz malefícios para a Justiça como um todo. “A Justiça continua tão lenta quanto há 50 anos atrás, e isso acarreta uma baixa autoestima no servidor, que já é mal visto pela sociedade. Sem investimentos, o servidor não se qualifica e não se sente parte da máquina. Falta boa vontade do governo, há um certo comodismo por parte deles”, condena.

**Qualificação** – Elda faz planos para o futuro dentro do Judiciário, e sabe que terá no Sindjus um aliado indispensável na

melhoria de suas condições de trabalho, e um suporte para o êxito de sua carreira. “Quero me atualizar na área. Se um Plano de Carreira eficaz for implantado vai permitir que eu continue me qualificando. O plano atual fica meio a dever. A longo prazo, ao menos financeiramente, não compensa, já começa defasado”, reitera.

Os sonhos dos servidores do Ministério Público e Judiciário demonstram como os trabalhadores brasileiros aspiram tempos melhores. O psicólogo e terapeuta familiar Vladimir Mello explica que no final de todo ano a tendência da população é vislumbrar um futuro melhor. Nos consultórios, é uma época produtiva porque os pensamentos positivos geram expectativas. “Muitos pacientes fantasiam e idealizam sonhos para o ano seguinte. Não é um comportamento isolado”, garante. Vladimir diz que é preciso um freio para que esses pensamentos não virem obsessão e acabem frustrados. “Isso acontece com aqueles que não se conhecem, não têm auto-percepção”, explica. O terapeuta aconselha que as mudanças planejadas sejam feitas ao longo do ano, para evitar equívocos e frustrações.

Pode-se acrescentar um conselho extra, mais ou menos óbvio. Individualmente ou isoladas, as pessoas não têm muitas chances de concretizar as suas expectativas de um futuro melhor. Os sonhos coletivos costumam ser mais viáveis. Daí a importância do Sindjus, reconhecida por todos os servidores entrevistados para esta matéria.

O sindicato une os servidores do Judiciário e do Ministério Público, dá consistência à identidade social deles, dirige e anima suas lutas, alimenta as suas esperanças, tanto as coletivas (da categoria e dos trabalhadores em geral) como as individuais (com os planos de formação e qualificação de cada servidor, por exemplo). ■

**A maioria dos servidores acha que 2004 trouxe conquistas importantes para a categoria. Mas todos concordam que ainda há muito o que fazer. E também são unânimes em afirmar a importância do Sindjus nesse processo. A expectativa é que as lutas dirigidas pelo sindicato garantam boas notícias em 2005.**



## Um ano de muitas conquistas

**E**m outras oportunidades, dissemos que nossas ações se baseiam no binômio mobilização e negociação. Nossas últimas conquistas voltaram a comprovar que as negociações com as administrações dos tribunais e órgãos do Ministério Público só avançam quando a categoria demonstra sua força, ocupando a Praça dos Tribunais; marchando pela Esplanada dos Ministérios; manifestando-se diante do Congresso Nacional, nos seus corredores e em suas comissões; ou reunindo multidões para abraçar o Supremo Tribunal Federal e cercar os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O Sindjus tem construído um sindicalismo combativo, independente das administrações dos tribunais e dos órgãos do MPU, voltado para a defesa intransigente dos trabalhadores do Judiciário e do Ministério Pú-

blico e solidário com as lutas gerais dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Nesta retrospectiva julgamos que seria enfadonho listar mês a mês cada uma das centenas de ações que realizamos ao longo do ano que está terminando. Damos aqui ênfase às lutas que exigiram os maiores esforços tanto da direção do sindicato quanto dos filiados.

**Greve** – Em nome de todos os servidores do Judiciário, o Sindjus rende especiais agradecimentos àqueles servidores que aderiram à greve, ajudando a conquistar o aumento da GAJ. E também aos delegados sindicais de base, que, com muita competência, ajudaram a diretoria a encaminhar as lutas deste ano.

Em 2004, devemos destacar as lutas que culminaram na conquista da GAJ, na antecipação da última parcela do Plano de Cargos e Salários do MPU para

novembro, e na elaboração dos anteprojetos de reestruturação dos PCS do Judiciário e do MPU, que deverão ser encaminhados brevemente ao Congresso Nacional.

Os trabalhadores do Judiciário definiram o aumento da GAJ como alternativa ao reajuste zero e organizaram grandes mobilizações contra a intenção do governo de impor mais um ano de total arrocho salarial. A greve foi o último recurso que utilizaram depois de promover atos e paralisações parciais para convencer os presidentes dos tribunais da necessidade de pressionarem o Executivo a mudar sua política de compressão salarial.

No MPU, também ocorreram manifestações para pressionar o procurador geral a encaminhar o projeto de reestruturação do PCS e requerer do governo a definição de um percentual de reajuste geral.

Nosso sindicato denunciou a defasagem das remunerações dos servidores do Judiciário e do MPU em comparação com as de carreiras correlatas do Executivo e do Legislativo, e exigiu do Judiciário e do MPU a instituição de comissões para elaborar as propostas de reestruturação dos Planos de Carreira.

**Comissões Interdisciplinares** - Ao participar dessas comissões, o Sindjus-DF e a Fenajufe tiveram a preocupação de discutir, com o máximo detalhamento possível, cada aspecto referente aos cargos, funções e atribuições dos servidores. No entanto, na presente avaliação, levamos em conta somente algumas de nossas preocupações mais gerais, como as três seguintes:

- 1) Garantir um nível adequado de remuneração aos servidores, condizentes com as suas

responsabilidades;

- 2) Manter os cargos existentes, definindo, com precisão, as atribuições de cada um;
- 3) Ampliar as bases da formação e qualificação dos servidores.

Outra preocupação do sindicato e da Federação, correlata, foi a de criar mecanismos para evitar a terceirização de atribuições e serviços do Judiciário. Nesse contexto, o setor de segurança mereceu uma atenção especial. Realizamos uma importante assembléia setorial com os agentes de segurança de todos os órgãos, quando aprovamos diversas ações para fortalecer o setor, entre as quais a luta pela criação de uma gratificação de atividade de segurança.

O trabalho nas comissões encarregadas de propor a reestruturação dos Planos de Carreira exigiu do sindicato muito preparo. Para isso foram necessários estudos, pareceres e muita capacidade de negociação de negociação. Apesar de não termos incluído todas as nossas pretensões, há que se considerar os avanços conquistados, que não foram concessões das administrações. Pelo contrário, muitas vezes foram disputados no voto.

O trabalho de aperfeiçoamento dos dois anteprojetos continuará no início do próximo ano, pois pretendemos garantir novos avanços antes que as propostas sejam enviadas ao Congresso Nacional. Quem tiver interesse em conhecer os textos como saíram das comissões, pode consultá-los em nossa página eletrônica ([www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)).

Nessa luta, o objetivo mais geral do Sindjus-DF e da Fenajufe foi o de revalorizar o serviço público, sublinhando a evidente necessidade de resgatar os valores de um verdadeiro sistema republicano.

#### Condições de trabalho –

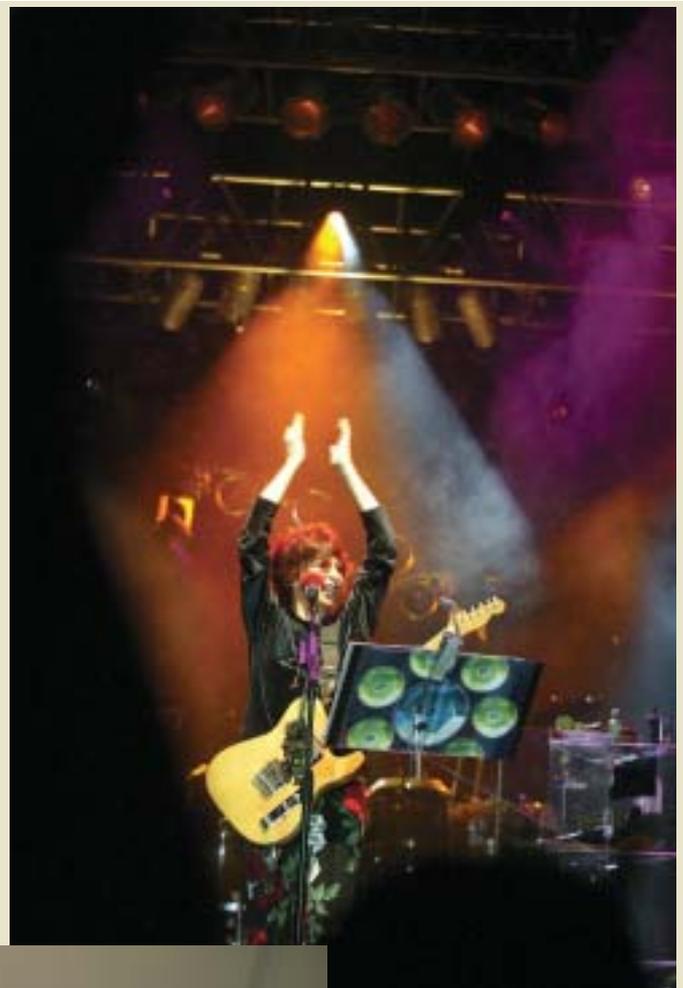
Demos especial atenção à luta por melhores condições de trabalho para os servidores, exigindo uma jornada mais humanizada. A histórica vitória que obtivemos no Superior Tribunal de Justiça reforça nossa luta pela instituição da jornada de seis horas.

Preocupado principalmente com a segurança dos servidores, o Sindjus interveio com firmeza quando cedeu o piso do 10º andar do Bloco A do TJDF. O sindicato pediu à administração do tribunal os laudos preliminares das avarias, contratou um engenheiro para checar os laudos complementares e a reforma do prédio, exigiu a interdição do edifício afetado e a averiguação



de possíveis reflexos no Bloco B e no Palácio da Justiça, além de acompanhar o deslocamento dos servidores e as condições das instalações dos novos locais de trabalho. As condições de trabalho no TJDF já preocupava o sindicato desde o início do ano, quando a entidade solicitou ao corregedor do TJDF que fizesse, junto com a nossa direção, uma vistoria no prédio para constatar as precárias condições de trabalho.

**Projus** – Como forma de expressar nosso compromisso com a qualidade do serviço público, produzimos e mandamos veicu-



ta, o procurador deixou muito claro que a regra constitucional para a ocupação de cargos públicos é a realização de concursos públicos.

#### Valorizando a cultura –

Como já é tradicional, a criatividade de nossas mobilizações são sempre acompanhadas de atividades culturais, valorizando os talentos de nossa categoria. Sabemos do papel que esses eventos têm na construção de uma consciência crítica e de nossas utopias. Exatamente por isso, resolvemos avançar nessa área, organizando o primeiro Concurso Literário do Sindjus, que homenageou a escritora Rachel de Queiroz. O concurso mobilizou todos os setores da categoria, resultando em trabalhos de alta qualidade, que foram publicados em livro.

Em 2004, também promovemos mais uma edição, a 5ª, do nosso Campeonato de Futebol Soçaite, com a participação de 12 equipes.

Em maio, durante uma as-

lar às quartas-feiras dos meses de junho e julho, no intervalo do Jornal Nacional, oito programas, denominados Projus, para demonstrar que a nossa categoria presta serviços de muita relevância social, sem esconder as mazelas existentes e apontando a necessidade de combatê-las. Passando da teoria à prática, impetramos denúncia junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) contra a ocupação irregular de funções no MPU. Também entrevistamos para o Jornal do Sindjus o procurador do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado, sobre os problemas da terceirização. Nessa entrevis-

sembléia lotada, o Sindjus comemorou seu 14º aniversário. E no dia 4 de dezembro, mais uma vez celebramos a importância de estarmos juntos, realizando a grande festa do fim de ano do Sindjus, com um show da cantora Rita Lee, no pavilhão do Parque da Cidade. Os colegas de todos os tribunais e órgãos do MPU e os convidados foram todos premiados com boa música, uma bonita decoração, bebida barata, segurança e companheirismo.

Animados pela frase "A Justiça que queremos", promovemos a pré-estréia do documentário "Justiça", em cinco salas de projeção da Academia de Tênis. O evento, reservado aos filiados, foi seguido por um interessante debate do qual participaram a própria diretora do filme, Maria Augusta Ramos, o professor José Geraldo de Sousa Junior, da Faculdade de Direito da UnB, o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, e o procurador geral da República, Cláudio Fonteles.

**Mais participação – 2004** foi um ano de muitos debates e de muita participação dos servidores do Judiciário e do MPU nas decisões tomadas pelo Sindjus.

Fizemos isso de várias maneiras: convocamos dezenas de assembleias realizadas com a categoria para debater os PCSs; promovemos diversas reuniões ao longo de todo o ano com os delegados sindicais, para avaliar as reivindicações específicas de cada local de trabalho; realizamos 15 assembleias para eleger os delegados ao 4º Congresso; contratamos um instituto de pesquisa para saber os temas que a categoria gostaria de discutir no 4º Congresso; aplicamos uma enquete para que os filiados escolhessem o artista para a festa de fim de ano; montamos um júri popular para selecionar as melhores obras concorrentes ao concurso literário. A assembleia de prestação de contas aprovou

o parecer do conselho fiscal, confirmando a lisura e a transparência das contas de nossa entidade.

Durante vários meses o Sindjus deu atenção especial à realização de nosso 4º Congresso, realizado no início de dezembro. Promovemos encontros e assembleias setoriais para que a categoria debatesse e definisse as diretrizes que vão nortear o trabalho do sindicato nos próximos três anos. Tais diretrizes são fundamentais para o sucesso de nossas metas, uma vez que saíram democraticamente de nossas bases, estreitando ainda mais os vínculos do sindicato com os seus filiados.

Alguns temas enfrentados pelo Sindjus não podem ser con-

siderados exclusivos de nossa categoria. Antes, revelam uma preocupação de nossa entidade com os servidores do Judiciário e do MPU inseridos numa sociedade que apresenta profundos problemas. Com base nessa preocupação, o Sindjus procurou combater injustiças cotidianas de nossa sociedade de várias maneiras, destacando-se, por exemplo, a parceria com a UnB na organização do seminário realizado nos dias 13 e 14 de dezembro sobre gênero, raça e homossexualidade. Atendemos, assim, uma diretriz escolhida pela categoria durante as deliberações do 4º Congresso, com o objetivo de construir uma sociedade socialmente justa e cidadã. Com essa mesma preocupação, entrevistamos para o Jornal do Sindjus o ministro Carlos Alberto, do TST, um militante da causa negra e defensor das cotas. No início do ano, participamos da campanha do Laço Branco, uma iniciativa ousada, que chamou a atenção dos homens para o problema da violência contra as mulheres.

Realizamos um importante seminário chamando a atenção da sociedade para a necessidade de o Estado promover segurança para os seus servidores. O evento, realizado no auditório do STJ, discutiu também as condições precárias de alguns setores e homenageou os fiscais do Trabalho que foram assassinados no cumprimento de suas funções em Unaí, Minas Gerais.

Finalmente, para confirmar o espírito crítico e a independência do Sindjus, destacamos o nosso posicionamento contrário às linhas gerais da reforma do Judiciário e ao diagnóstico do Judiciário, divulgado pelo Ministério da Justiça. Denunciamos que tanto a reforma quanto o relatório atenderam mais aos compromissos do governo com o Banco Mundial do que com a sociedade brasileira. ■



Reunião da Comissão Interdisciplinar do Judiciário

# Sindicato e categoria preparados para novos desafios

**O**s trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal, filiados ao Sindjus, acabam de dar um salto qualitativo na compreensão do que é o sindicalismo combativo, que se preocupa não apenas com as reivindicações de categorias profissionais específicas, mas também com as lutas de toda a classe trabalhadora e com os rumos do País e do Mundo. Eles estão também mais preparados para convencer a sociedade de que estão a serviço do público, empenhados na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, na qual prevaleça o respeito às diferenças do outro.

Nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, os 146 delegados, representantes de toda a categoria, participaram do 4º Congresso do sindicato, cujo tema, "O que o Sindjus pode fazer por você? O que você pode fazer pelo Brasil", norteou as discussões havidas no encontro.

Nos dois primeiros dias, os delegados assistiram a palestras que trataram do tema geral e dos principais assuntos escolhidos pela própria categoria nas assembleias setoriais de preparação do Congresso.

No dia 2, o evento foi aberto pelas conferências do historiador Jaime Pinsky, do coordenador geral do sindicato, Roberto Policarpo, e do presidente da

Anamatra, Grijalbo Coutinho, em torno do tema geral.

**Palestras** – No dia seguinte, a procuradora do Ministério Público Federal em São Paulo, Zélia Piedorná, que já havia participado da abertura do Congresso, fez uma exposição sobre as novas regras da Previdência; o professor Jorge Pinho, da UnB, abordou o tema "A capacitação profissional e a importância do conhecimento"; o senador Cristovam Buarque discorreu sobre "o desenvolvimento econômico com inclusão e responsabilidade social"; e o jurista e vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, analisou, criticamente, a recém-aprovada reforma do Judiciário.

As conferências e palestras subsidiaram os delegados com importantes elementos de análise, mas foi durante os debates das oficinas que os delegados revelaram a riqueza de suas contribuições.

Além de uma avaliação das ações do sindicato nos últimos três anos, os delegados analisaram as conjunturas nacional e internacional, a reforma do Judiciário, as projetadas reformas sindical e trabalhista, o papel dos sindicatos e a participação dos servidores públicos na CUT. Também traçou um plano de ação da categoria, dando ênfase à atuação do Con-

selho de Delegados Sindicais (Ver box 4). E, finalmente, propôs o plano de lutas que o sindicato deverá desenvolver nos próximos três anos. (Ver box 3)

**Teoria & Prática** – Numa demonstração de que teoria e prática andam juntas no Sindjus, duas semanas depois a entidade participava, como parceira da UnB, de um seminário que tratou de questões de raça, gênero e homossexualidades (ver matéria nas páginas 15 e 16).

A despeito de reconhecer que a atual direção da CUT contrariou os interesses dos servidores públicos no processo da reforma da Previdência, com apenas um voto contrário a plenária decidiu pela manutenção da filiação do sindicato à Central. Aprovou também que o Sindjus deverá lutar para resgatar os princípios que norteiam a fundação da CUT, de unir e conscientizar a classe trabalhadora, sem distinção dos trabalhadores do setor público e do setor privado.

Foi lembrado que a iniciativa da formação da chamada Central de Servidores Públicos, desmoralizada por sua falta de representatividade, "demonstrou que a sua criação teve como objetivo a destruição da CUT, que, obviamente, não interessa à classe trabalhadora".

**Inovação** – A grande inovação verificada no 4º Congresso foi a instituição de duas ofici-

nas para que os delegados discutissem assuntos específicos. A primeira tratou do tema "O que o Sindjus pode fazer por você", que avaliou maneiras de o sindicato estreitar seus laços com a categoria. A segunda cuidou da questão "O que você pode fazer para o Brasil", que definiu formas de aprofundamento da responsabilidade social da categoria. (Ver box 1 e 2).

A avaliação do Congresso, feita pelos delegados, segundo pesquisa aplicada após o evento, foi muito positiva. A organização do evento foi considerada ótima por 31,7% dos delegados e boa por 56,1%. As conferências em torno do tema "Justiça, dever de todos" foram avaliadas como ótima por 43,9% e boa por 31,7% dos delegados. As notas respectivas para as demais palestras foram as seguintes: Previdência – 43,9% e 39%; Capacitação Profissional – 34,1% e 36,6%; Desenvolvimento com inclusão social – 34,1% e 36,6%. A primeira oficina, sobre o que o sindicato pode fazer pelos associados teve avaliação ótima de 26,6% e boa de 51,2% dos delegados. A outra oficina, sobre o que os filiados podem fazer pelo Brasil, recebeu, respectivamente, as notas 41,5% e 39%.

Os participantes saíram do Congresso ainda mais conscientes de que o sindicato não é apenas a sua direção, mas cada um de seus filiados. Seu discernimento e força para enfrentar os desafios presentes e futuros depende da cooperação de todos.



## O que o Sindjus pode fazer por você?

Os grupos que participaram da primeira oficina, sobre as tarefas que o sindicato pode desenvolver em favor da categoria, levantou dezenas de pontos gerais e específicos, alguns dos quais já contemplados no Plano de Ação da Categoria e no Plano de Lutas.

O importante é que em torno deles os delegados puderam trocar experiências, levando em conta especificidades de seus locais de trabalho.

Uma frase redigida por um dos grupos resume bem a compreensão que os delegados têm do sindicato: "O Sindjus deve adotar como diretriz prioritária uma maior aproximação de seus filiados, com o propósito de melhorar a defesa de seus interesses profissionais, ampliando a consciência social e sindical a toda a categoria".

### Pontos que os delegados consideraram prioritários:

- Lutar pela reestruturação dos PCS;
- Acompanhar a reforma trabalhista e sindical, com vistas a manter os direitos da classe trabalhadora;
- Promover cursos para melhor qualificar os servidores e prepará-los para a vida sindical, que é uma forma de exercer a cidadania;
- Firmar convênios com faculdades particulares e lutar pela concessão de bolsas de estudos para os servidores e seus familiares;
- Lutar contra a terceirização e o nepotismo;
- Priorizar a definição de uma política habitacional para os servidores, em parceria com as associações;
- Promover a conscientização político-social dos filiados e não-filiados e combater o individualismo;
- Valorizar a categoria junto à sociedade;
- Atuar na melhoria dos planos de saúde;
- Divulgar mais os serviços da assessoria jurídica e dar mais visibilidade aos direitos trabalhistas dos servidores;

## O que você pode fazer pelo Brasil

Nos debates da segunda oficina, os delegados manifestaram profunda consciência social ao discutir o tema "O que você pode fazer pelo Brasil". Demonstraram que têm conhecimento das profundas desigualdades do País e que estão dispostos a lutar por uma sociedade mais justa.

Os delegados fizeram também uma ligação direta entre a qualidade dos serviços que prestam com a melhoria das condições de vida da população.

### Alguns dos pontos levantados:

- Exercer o nosso trabalho com dignidade e honestidade e ter a consciência de que somos servidores do público;
- Fazer um bom atendimento em nosso local de trabalho;
- Buscar mudanças legislativas e processuais para que a Justiça seja acessível e efetiva aos excluídos, e trabalhar para que a Justiça seja mais célere e menos formal;
- Mostrar aos público os meios disponíveis de acesso à Justiça: Justiça especial, Justiça comunitária;
- Trabalhar junto à família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho no sentido de uma consciência e organização política mais efetiva, questionadora e transformadora;

- Incentivar a implementação de ações de inclusão social em comunidades carentes do DF;
- Colaborar com ações de combate ao analfabetismo;
- Ter qualificação constante para atender aos anseios da população e ampliar os conhecimentos técnicos para melhorar a prestação jurisdicional.
- Denunciar toda corrupção ou omissão nos órgãos do Judiciário e do MPU;
- Reforçar junto à sociedade a necessidade e a função do serviço público e promover uma ampla campanha em defesa do serviço público;
- O servidor deve valorizar o trabalho do outro para que todos sintam-se capazes de exigir direitos;
- O sindicato deve interagir com todos os movimentos sociais e políticos a fim de promover as nossas idéias sobre os problemas que atingem a sociedade;
- Promover ações de combate aos preconceitos sociais e lutar por uma cultura de Direitos Humanos;
- Promover projetos culturais itinerantes para a população relacionados com a conscientização (cinema, sarau, festival de música);

## Plano de Lutas aprovado pelo 4º Congresso

### LUTAS GERAIS INTERNACIONAIS

1. Pelo direito à autodeterminação dos povos;
2. Pela construção da solidariedade entre os povos;
3. Pelo fim da política estadunidense de subordinação do mundo e contra a implementação da ALCA;

### LUTAS GERAIS NACIONAIS

4. Pela imediata ruptura com o atual modelo econômico;
5. Pelo fim do trabalho escravo;
6. Pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
7. Luta pela educação pública, gratuita e de qualidade;
8. Luta por assistência à saúde universal, pública e de qualidade.
9. Independência da CUT em relação ao governo e ao Estado. Em defesa de uma CUT democrática, de luta, de classe e socialista;
10. Contra a flexibilização das leis trabalhistas e pela recuperação dos direitos suprimidos;

### LUTAS GERAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

11. Pela definição de uma política salarial que recomponha os salários e mantenha o poder de compra dos servidores.
12. Contra a terceirização dos serviços públicos;
13. Contra o regime de emprego no serviço público;
14. Pela redução da jornada de trabalho, com turno de revezamento de seis horas diárias, sem redução salarial;
15. Pela recuperação e ampliação dos direitos retirados do Regime Jurídico Único;
16. Pela garantia efetiva do direito fundamental à livre organização sindical.
17. Por condições dignas e seguras de trabalho, que excluam qualquer tipo de discriminação e subjugação (racismo, assédio sexual, assédio moral etc) e incluam ações afirmativas, como as quotas para os negros em todo o serviço público, planos preventivos de saúde etc.
18. Por maior controle na concessão dos estágios para que não sejam instrumentos dos órgãos públicos para aquisição de mão-de-obra barata.

### LUTAS ESPECÍFICAS DO JUDICIÁRIO E DO MPU

19. Pelo encaminhamento e aprovação dos PCS do Judiciário e do MPU;
20. Pela majoração e unificação dos valores de benefícios: auxílio-

- alimentação, indenização de transporte, auxílio-pré-escolar;
21. Pelo reenquadramento dos servidores do Judiciário aprovados em concurso público antes da Lei 9.421/96, e que tomaram posse a partir de 1997;
22. Pela criação de Conselho Administrativo nos quatro ramos do Ministério Público União
23. Contra as requisições de servidores não pertencentes aos quadros do Judiciário Federal e MPU, pela defesa do concurso público para o fortalecimento destas instituições;
24. Pela elaboração e implementação de um Plano de Carreira para o Judiciário e MPU;
25. Pela realização de uma pesquisa para embasar a atuação do sindicato no combate às discriminações de gênero e raça.
26. Pela participação paritária dos servidores em todos os setores e instâncias dos órgãos do Judiciário Federal e MPU que deliberarem sobre assuntos de interesses dos servidores;
27. Pelo estabelecimento de critérios democráticos para a ocupação das funções comissionadas e cargos em comissão;
28. Pela fiscalização dos trabalhos da execução orçamentária do Judiciário Federal e MPU;
29. Pela revogação do artigo 366 do Código Eleitoral, que veda a filiação partidária de servidores da Justiça Eleitoral;
30. Pelo fim do nepotismo no Judiciário Federal e MPU;
31. Pela democratização do Poder Judiciário e MPU, pela eliminação dos quintos constitucionais nos tribunais e pela exclusividade, nas eleições de presidentes, vice-presidentes e corregedores de tribunais e diretores de foros, aos juizes e desembargadores da carreira da magistratura, originários de concurso público;
32. Pela mudança dos critérios para indicação dos membros dos tribunais regionais e superiores e tribunais de contas;
33. Por uma política habitacional que atenda às necessidades dos servidores do Judiciário e do MPU;
34. Pela estruturação e adoção de procedimentos uniformes para o setor de segurança nos órgãos do Judiciário e do MPU, e pela aprovação da emenda constitucional que outorgue ao Poder Judiciário a prerrogativa de estruturar a sua polícia.
35. Pela definição de Gratificação de Atividade de Segurança.
36. Pela concessão da movimentação extraordinária.

## Delegados sindicais têm papel fundamental

Os congressistas aprovaram um Plano de Ação da Categoria que dá grande importância ao papel dos delegados sindicais.

Os delegados são considerados “os olhos e ouvidos do sindicato em cada local de trabalho” e, por essa razão, os participantes do Congresso assumiram o compromisso de intensificar os laços de solidariedade entre os delegados e os filiados, criando mais condições para o diálogo entre eles e para defendê-los dos ataques de algumas chefias.

Cristina Lima

# Rigor para quem?

**Cristina Lima**

**A** polêmica deixou as ruas e ganhou os tribunais. O futuro da Lei 8.072/90, que instituiu os crimes hediondos no Brasil, está ameaçada de virar assunto do passado. Quase 15 anos após entrar em vigor, estudiosos, profissionais do Direito e legisladores defendem sua revisão. O Supremo Tribunal Federal (STF) já foi provocado e deve manifestar-se em breve sobre a constitucionalidade da norma. A discussão é se o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 8072/90, que prevê o cumprimento de regime fechado para os crimes hediondos, prevalece mesmo com a concessão pela Lei da Tortura (Lei 9455/97) do benefício da progressão do regime penal.

No dia 2 deste mês, foi suspenso, mais uma vez, o julga-

mento do habeas corpus (HC) 82959, que trata da progressão do regime de cumprimento da pena para crimes hediondos. A ministra Ellen Gracie pediu vistas. A mais alta corte do País julgará o caso de Oséas de Campos, condenado em São Paulo por ter mantido relação sexual com uma menor de 14 anos. Ele é acusado de ter praticado atentado violento ao pudor, tipificado como hediondo na lei. Campos pede a absolvição ou o direito à redução e à progressão no regime de cumprimento da pena.

O principal argumento é que há violação do princípio constitucional da isonomia e da individualização da pena. O ministro Marco Aurélio Melo, relator do HC, considera que a Lei dos Crimes Hediondos é contraditória, pois, se de um lado afasta a progressividade do regime, de outro permite o livramento condicional ao es-

tabelecer que os não reincidentes em crimes de tortura, terrorismo e tráfico de drogas têm direito à liberdade condicional após cumprir mais de dois terços da pena.

Dos 11 ministros do STF, seis já votaram. O placar está em 4 a 2. Os ministros Marco Aurélio (relator), Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso e Gilmar Mendes deferiram o HC. Votaram contra o pedido os ministros Joaquim Barbosa e Carlos Velloso. Não está agendada a próxima sessão para continuar o julgamento do HC.

No Congresso Nacional, os deputados começaram a se mobilizar para discutir a lei. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados criou um grupo de trabalho para analisar os 63 projetos sobre o assunto que tramitam na Casa, avaliar novas propostas e ouvir a sociedade sobre o tema.

Mas as discussões estão paradas. É que os parlamentares estão voltados para a reforma política. "Somente depois é que voltaremos aos trabalhos. Faremos uma audiência pública para discutir com a sociedade", explicou o presidente da CCJ, deputado Maurício Rands (PT-PE). O trabalho deverá resultar em um único substitutivo que sintetize as mudanças propostas.

Para Rands, na época em que a lei foi editada, acreditava-se que haveria diminuição da violência. "Isso não ocorreu. A linha do Direito Penal 'do terror' não tem conseguido cumprir a promessa de diminuir a criminalidade, mas sim a certeza da punição", criticou o parlamentar. A ideia é garantir a efetividade da sanção penal, e não apenas tornar mais rígida a forma de execução das penas.

Por isso, o presidente da

CCJ não acredita que incluir um número cada vez maior de tipos penais na lista dos crimes hediondos vá resolver o problema. Rands entende que listar ainda mais crimes só servirá para banalizar os crimes hediondos.

O governo federal também defende uma revisão da Lei de Crimes Hediondos. O Ministério da Justiça pretende realizar um trabalho de avaliação junto às secretarias estaduais de Segurança Pública e de Justiça para decidir sobre eventuais mudanças. O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já disse que é favorável às modificações.

Enquanto não há definição, a polêmica ganhou as salas de

aula. O procurador federal e professor de Direito Penal e Processual Penal do UniCeub, Sidio Rosa de Mesquita Júnior, comentou com os alunos as fragilidades da lei. Autor dos livros "Manual de Execução Penal" e "Prescrição Penal", Sidio entende que, do ponto de vista acadêmico, a lei está na contramão da história. "Ela está ligada aos movimentos de lei-ordem, calçada no rigor. O Supremo poderia rever sua posição e declarar que as inconstitucionalidades são visíveis", apontou.

Sidio Rosa considera que a Lei de Crimes Hediondos viola o princípio da individualidade da pena. "Como é possível individualizar a execução se não é permitido o benefício da progressão de regimes? A lei é inconstitucional porque acaba permitindo tratamentos diferentes para aqueles que devem ter tratamentos iguais", explicou o professor.

Para Sidio, réus primários não devem ser punidos com o mesmo rigor aplicado aos reincidentes. Isso ocorre nos crimes de tráfico de drogas, por exemplo, quando um "avião" (aquele que passa a droga para o comprador) é condenado à mesma pena imposta ao dono da "boca de fumo", e não tem direito à progressão do regime.

No livro "Manual de Execução Penal", Sidio escreveu que "estabelecer o regime integralmente fechado para o cumprimento da pena representa, também, um incentivo para a indisciplina, uma vez que nada adianta ter bom comportamento, já que o mesmo não poderá ser recompensado com a progressão de regime".

Esse também é o pensamento da maioria dos presos. No Centro de Internamento e Reeducação (CIR) da Papuda, os mais de mil condenados que cometeram crimes hediondos

aguardam as alterações na lei.

Condenado a cinco anos por tráfico de drogas, A., 35 anos, cumpre pena em regime integralmente fechado. Isso significa que ele só poderá deixar o presídio depois de cumprir 3 anos e quatro meses. Detido há um ano, A., que é réu primário e não tem antecedentes criminais, reclama da rigidez da lei. "Aqui é uma fábrica de marginais, não ressocializa ninguém. Cometi um crime grave e vou pagar por ele, mas não sou bandido. Nunca peguei em arma, não matei e nunca assaltei ninguém", comentou. Para ele e outros milhares de detentos é mais garantida a certeza da punição do que a rigidez da pena na hora de prevenir a violência. "Me dá revolta saber que há traficantes poderosos livres enquanto eu, que comprava para dividir com um grupo de colegas, recebi uma pena alta e não tenho previsão de progressão de regime", afirmou.

Como o tráfico de drogas é considerado crime hediondo, um torturador ou terrorista – que teoricamente praticaram crimes mais duros que o traficante – têm mais chances de sair da prisão antes. "Felizmente, a lei do crime de tortura inovou, evidenciando a vontade da norma em retirar os preceitos inconstitucionais da Lei de Tortura, e garante a progressão de regime ao condenado por esse crime. Por outro lado, há um excesso de rigor na Lei de Entorpecentes. Não podemos ter penas desproporcionais", afirma Sidio Rosa.

O professor defende ainda que crimes sexuais com violência presumida (se um rapaz de 18 anos fez carícias na namorada de 13) não devem ser considerados hediondos. "Ele receberá nove anos de pena e só terá direito à condicional depois de seis anos preso", exemplificou. Sidio cita ainda que

esse jovem também perde a dignidade. "Na lei do cárcere, quem pratica esse crime é violentado lá dentro", disse.

Sidio cita o jurista Alberto Silva Franco, autor de vários livros, que previu, um ano após a edição da lei, um colapso no sistema penitenciário em virtude do rigor. Na opinião do professor, Franco "percebeu o óbvio".

A Lei de Crimes Hediondos surgiu depois da projeção nacional de crimes graves no Rio de Janeiro. O crime de homicídio qualificado entrou na lista de crimes hediondos depois da morte da filha da novelista Glória Peres, Daniela Peres, brutalmente assassinada por um colega da televisão, em 1992. Um ano depois, em Brasília, morria Marco Antônio Velasco, filho da jornalista Valéria Velasco. O rapaz foi agredido com socos e pontapés por uma gangue da Asa Norte.

Valéria, que preside o Comitê Nacional de Vítimas da Violência, defende a manutenção da rigidez da Lei de Crimes Hediondos em casos de crimes contra a vida, principalmente o homicídio qualificado. Para ela, a Justiça precisa manter o rigor para evitar que ocorram ainda mais crimes violentos. "A criação da lei foi uma conquista da sociedade e não pode ser revogada", afirmou.

O promotor de Justiça Diaulas Costa Ribeiro, do Ministério Público do Distrito Federal, tem a mesma opinião. Para ele, a lei jamais deve ser revogada. "Alguns ajustes devem ser feitos, mas precisamos manter o rigor em casos como homicídios e tráfico de drogas", afirmou. Para Diaulas, tanto o traficante quanto o "avião" devem ser condenados exemplarmente. "O tráfico é um crime que destrói gerações", afirma. ■

## O QUE DIZ A LEI 8.072/90

São considerados hediondos os crimes de homicídio qualificado, latrocínio (roubo seguido de morte), extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, epidemia com resultado de morte, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, genocídio tentado ou consumado.

# Multiculturalismo e ações afirmativas

Sindjus e UnB discutem direitos dos grupos discriminados devido a suas condições de raça, gênero ou orientação sexual

**Nádia Faggiani**

**A**mpliar a consciência da necessidade de criação de uma sociedade mais justa e solidária, com inclusão das minorias sociais, foi o foco do debate realizado no seminário *Multiculturalismo e Ações Afirmativas*, promovido pelo Sindjus e pelo Programa de

peito a esses grupos sociais e a garantia dos Direitos Humanos. É preciso acabar com a intolerância e o ódio presentes na sociedade brasileira contra os grupos minoritários, afirmou o sociólogo e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Luiz Mello de Almeida.

**Homoódio** – Segundo ele, é necessário que instituições

desprezo por grupos específicos, é mais difícil de ser combatido. A primeira coisa para combater essa intolerância é assegurar que vivemos em um Estado laico, onde a vida das pessoas não pode ser regida por princípios religiosos. O segundo passo, é assegurar educação sexual para todos e direitos universais para grupos que são objeto da ira social, como gays, lésbicas, travestis, e em menor grau, mas também no foco de discriminação, mulheres e negros”, destacou Luiz Mello.

O coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, participou da mesa de abertura do seminário e lembrou que a missão do sindicato é defender melhores condições de trabalho para os servidores do Judiciário e do Ministério Público da União e também a construção de uma sociedade justa e humanitária, onde todos sejam respeitados em suas diferenças. O combate às discriminações de raça, gênero e orientação sexual está entre as diretrizes aprovadas pelos servidores do Judiciário e do MPU no 4º Congresso do Sindjus, realizado no início de dezembro.

**Discriminação** – Policarpo chamou a atenção para o retrocesso na qualidade de vida das mulheres, a violência da qual são

vítimas, o volume de crimes contra homossexuais e a dificuldade enfrentada por negros no mercado de trabalho. Ele citou dados coletados em pesquisa da Comissão Nacional contra Discriminação Racial da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em comparação com os brancos, os negros têm 75% a mais de chances de serem demitidos; 80,9% das negras ganham até dois salários mínimos; e 87% das crianças fora das escolas são negras. “Isso demonstra, claramente, nosso racismo. Temos de entender que a base de uma sociedade civilizada e democrática é a aceitação das diferenças”, afirmou.

Para o vice-reitor da UnB, Timothy Mulholland, o tema do seminário foi muito oportuno. Ele lembrou que a UnB, ao implantar o sistema de cotas para os negros no segundo vestibular deste ano, ajudou a motivar outras universidades federais a seguir o mesmo caminho. Pela iniciativa, a UnB foi agraciada no mês passado pelo secretário especial de Direitos Humanos, Nilmar Miranda, e pelo vice-presidente da República, José de Alencar, com o Prêmio Direitos Humanos 2004.

**Racismo na Academia** – A coordenação do seminário destacou a importância do encontro



Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, nos dias 13 e 14 de dezembro, na UnB.

Expositores e debatedores foram unânimes em defender o reconhecimento legal pelo Estado das diferenças de raça, gênero e orientação sexual existentes no país, o avanço das políticas públicas voltadas para o res-

como a Igreja contribuam para definir melhor alguns conceitos como homoódio, para que a sociedade chegue a uma solução para os problemas deles derivados. “Enquanto a homofobia, que tem relação com o medo, pode ser tratada com terapia, o homoódio, que tem embasamento na moral e surge do estímulo ao

tro ter sido realizado na universidade porque muitas vezes o preconceito existe no próprio universo acadêmico. Para o antropólogo e professor da UnB, José Jorge de Carvalho, que participou do debate *Anti-racismo, seus paradoxos e a história do Brasil*, o País talvez tenha a elite acadêmica mais racista do mundo. Ele ressaltou que dos 1.500 professores da UnB apenas 15 são negros, proporção similar à da Unicamp, USP e UFRJ. José Jorge sugeriu como política para reverter esse quadro a adoção de cotas para docentes negros e a realização de concursos públicos.

O sociólogo e professor da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Valter Roberto Silvério, conferencista do tema *Ações afirmativas e o papel do Estado*, relatou que foi vítima de preconceito racial. Ao pleitear uma vaga de pós-graduação na Unicamp, para estudar o tema Raça e Racismo, ouviu de um professor que o assunto era irrelevante. Silvério defende que o princípio da igualdade deve regular o mérito e não o contrário. E critica a imprensa por desconhecer o debate e a política de ações afirmativas. "Se a sociedade conclui que existem desigualdades, pode rever as regras nas quais o princípio da igualdade está assentado. Mas a insistência da imprensa em defender o ponto de vista de que o Brasil é o país em que brancos e negros têm acesso igual aos benefícios sociais dificulta a percepção de que existe racismo e preconceito e que eles precisam ser combatidos", afirmou.

**Tratados** – Silvério reconhece que nos últimos 10 anos o Estado tem sido mais sensível a essa situação, por força dos tratados internacionais que o País assinou e que o obrigam a formular suas políticas sociais. O professor diz que é fundamental

uma discussão voltada para a inserção de negros na elite, ponto que suscita polêmica por alterar a estrutura de status e prestígio da sociedade brasileira. "É preciso discutir como aproveitar talentos presentes em todos os grupos e níveis sociais. Todas as classes pagam impostos, financiam a universidade, mas nem todas se beneficiam", afirmou.

A historiadora e professora da Unicamp, Célia Maria Marinho, foi expositora do tema *Anti-racismo, seus paradoxos e a história do Brasil*. Ela defende políticas públicas universalistas para quebrar privilégios; ações civis; criação de delegacias de crimes raciais; e melhor aparelhamento da polícia.

No dia 14 de dezembro, foi lançada oficialmente a campanha nacional "**Onde você guarda seu racismo?**", pela iniciativa **Diálogos Contra o Racismo**, que tem o apoio de mais de 40 organizações não-governamentais. Pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003 mostrou que 87% dos brasileiros acreditam que há racismo no Brasil, mas somente 4% dos entrevistados reconhecem que são racistas. Entre os 10% mais pobres da população, 65% das pessoas são negras, e dentre os assalariados com nível superior, os trabalhadores negros recebem, em média, 64% do salário dos trabalhadores brancos.

#### Representação feminina

– No Brasil, apenas 9% das parlamentares são mulher, apesar delas terem direito a 20% das vagas nos partidos políticos, conforme a Lei nº 9.100/95. A diretora do Instituto de Ciências Sociais e professora de Sociologia da UnB, Lourdes Bandeira, foi a expositora do tema *Qual o significado das ações afirmativas para mulheres*. Ela estudou o Plano Plurianual (PPA) e constatou que de seus 374 progra-

mas apenas oito tinham ligação direta com o tema. O PPA é uma lei instituída pela Constituição de 1988 para normatizar o planejamento de médio prazo do governo federal, votada a cada quatro anos.

Segundo Lourdes Bandeira, percebe-se alguns avanços na questão de gênero, mas são ações desarticuladas. A professora defende a inclusão no PPA de ações públicas para promover a redução de desigualdades de gênero e de raça, relacionadas a salários, natureza dos empregos, acesso a cargos políticos e mobilidade social.

Na avaliação de Lourdes, é preciso que legisladores e juízes reformulem seus conceitos. "A abertura tem que vir de todos os lados. Se aqueles que elaboram e julgam as leis não modificarem sua consciência, não há alternativa, porque os movimentos sociais sozinhos não têm força. A falta de uma política paritária compromete a democracia", afirma.

A socióloga e pesquisadora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Corrêa, afirma que o último PPA (válido para o período de 2004-2007) representou um avanço por ter sido o primeiro a incluir três grandes metas: redução das desigualdades sociais, crescimento sustentável e fortalecimento da democracia e da cidadania.

**Reconhecimento** – O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra os GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Homossexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, "*Brasil sem Homofobia*", foi lançado este ano pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pela sociedade civil organizada como uma das ações do PPA 2004-2007. Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgê-

neros (ABGLT), Marcelo Nascimento, o programa existe, mas até há pouco tempo não havia no orçamento nenhum recurso para a sua implantação.

Expositor da mesa-redonda *Qual o significado das ações afirmativas para homossexuais*, Nascimento disse ser preocupante a violência contra homossexuais, vítimas de dezenas de assassinatos por ano no País.

O antropólogo e professor da UFG, Alex Ratts, afirmou que o Estado deve reconhecer as liberdades de afirmação de cada cidadão e que a sociedade precisa aceitar os GLTB, especialmente no mercado de trabalho. "Os travestis são os mais discriminados dentro da minoria homossexual. Vemos travestis se prostituindo, longe do mercado de trabalho, porque eles não encontram espaço na sociedade", destacou.

Na avaliação do sociólogo Luiz Mello Almeida, antes de se pensar em ações afirmativas, é preciso pensar na inclusão dos GLTB em leis universais. "Por que um casal de homossexuais que vive junto há 40 anos não pode decidir sobre o patrimônio de seu parceiro da mesma forma que um casal de heterossexuais? Em 2005, vai fazer 10 anos que o projeto de parceria civil está no Congresso", lembra Luiz Mello.

Ele acredita que se esses direitos não forem logo reconhecidos, o Judiciário vai acabar assumindo o lugar do Legislativo e cada caso será resolvido por meio de ações individuais, como já vem sendo feito. "Na esfera legal talvez se consiga vencer essa barreira, mas na esfera de valores essa luta é muito maior, especialmente porque o fundamentalismo religioso é crescente. A intolerância a esses grupos vem crescendo porque eles têm aumentado a reivindicação de seus direitos e a sociedade começa a se sentir ameaçada", afirmou. ■

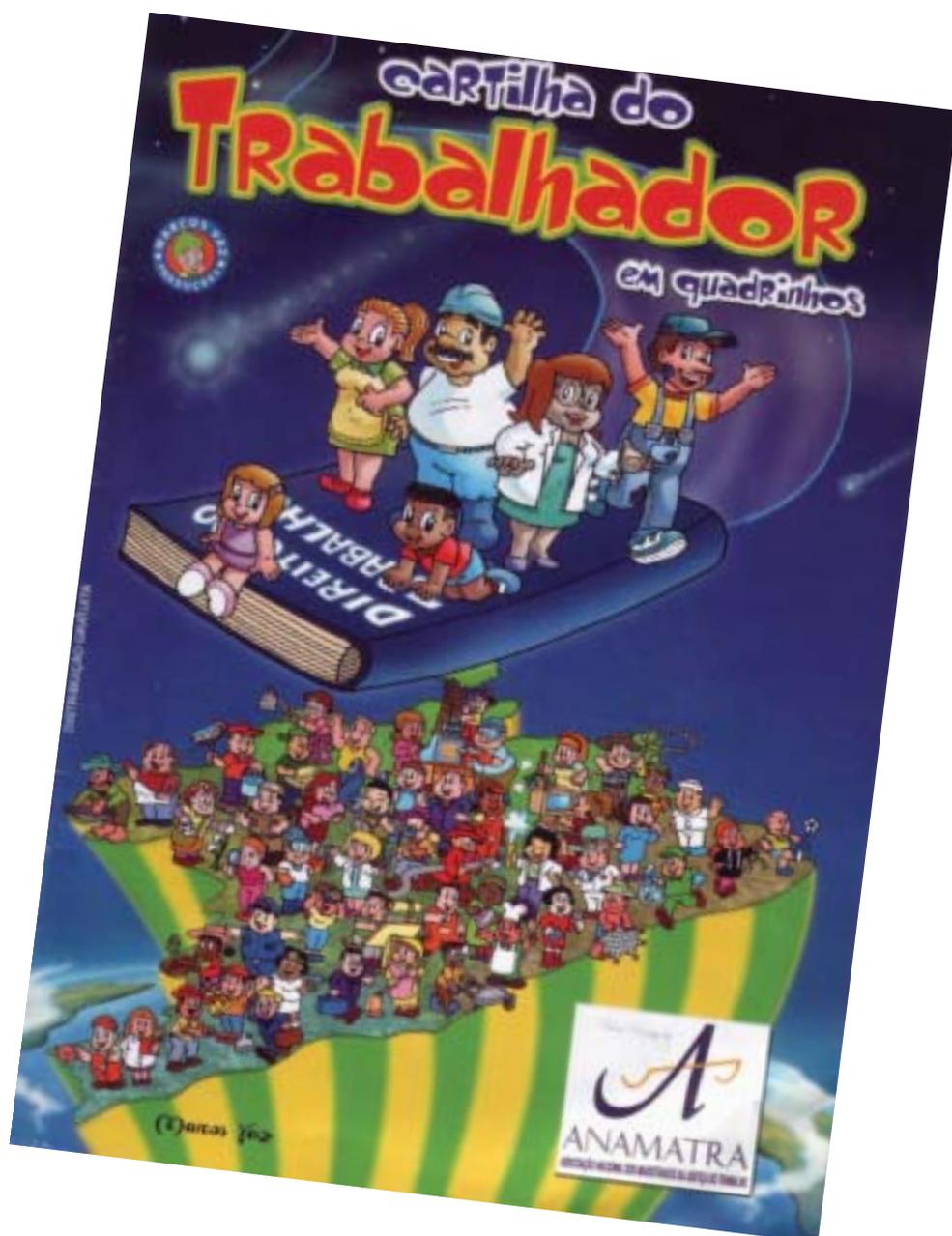
# Anamatra lança cartilha do trabalhador

Evelyne Nunes

**I**nformar aos trabalhadores sobre seus direitos e obrigações é o principal objetivo da Cartilha do Trabalhador, lançada no dia 8 de dezembro pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). De forma criativa, a cartilha, em quadrinhos, ensina ao trabalhador noções básicas do direito trabalhista. Pontos como seguro-desemprego, salário-família, 13º salário e venda de férias são alguns dos temas abordados na publicação.

De acordo com uma das autoras, a desembargadora Beatriz de Lima, a ideia da publicação surgiu da constatação da falta de conhecimento dos trabalhadores. "Verificamos que há um grande desconhecimento das pessoas em relação ao Judiciário, especificamente, sobre a Justiça do Trabalho. Por isso, tivemos a ideia de propagar pelo menos os direitos fundamentais do trabalhador", diz.

**Maternidade** – A desembargadora afirma que um dos pontos mais desconhecidos entre as mulheres é a questão da estabilidade da gestante. "A maioria sabe que a lei garante a licença-maternidade de 120 dias. Porém, poucas têm conhecimento de que, desde a confirmação da gravidez até os pri-



meios cinco meses após o nascimento da criança, a mãe tem estabilidade no serviço”, explica.

Além de falar sobre a licença-gestante, a Cartilha do Trabalhador trata do pagamento das horas extras que, segundo os juizes trabalhistas, é um dos motivos mais frequentes de reclamações. A publicação esclarece que o trabalho excedente deve ser remunerado com, no mínimo, 50% a mais sobre a hora normal.

A questão do trabalho infantil e do trabalho escravo também é discutida. A cartilha mostra que tanto a Constituição como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proibem o trabalho infantil. A única ressalva é o serviço de aprendiz, para o qual o adolescente a partir dos 14 anos pode ser contratado por um período máximo de dois anos. Quanto ao trabalho escravo, a cartilha deixa claro que é uma atividade ainda muito comum e cita como exemplos a exploração dos trabalhadores por dívidas e a exploração de imigrantes.

**Aproximação** – Outro autor da publicação, o juiz Gustavo Vieira esclarece que o grande

objetivo da cartilha é a de aproximar os juizes da sociedade. “O magistrado precisa estar inserido na sociedade onde vive. Essa é também uma das funções da nossa cartilha que se preocupa, principalmente, em dizer como e onde o cidadão pode exercer seus direitos”, diz.

A Anamatra pretende distribuir a publicação em escolas públicas e sindicatos. Por meio de convênios, a associação vai ministrar cursos e palestras sobre direitos trabalhistas. “Para que o nosso trabalho seja bem divulgado pretendemos contar com o auxílio de todos os juizes trabalhistas”, propõe Grijalbo Coutinho, presidente da Associação.

Segundo Coutinho, as dúvidas mais frequentes dos empregados estão relacionadas com a venda das férias e com a assinatura da carteira no período de experiência. “Poucas pessoas sabem que é obrigatória a assinatura da carteira de trabalho durante o contrato de experiência. Há pouca divulgação a respeito disso e em relação à venda das férias, que está limitada a no máximo dez dias. Nós fizemos questão de deixar isso bem claro”, comenta.

A divulgação da cartilha já conta com o apoio do deputado distrital Chico Vigilante (PT). Durante a solenidade de lançamento da primeira edição, ele informou que proporá uma parceria para que a Câmara Legislativa do Distrito Federal reimprima o material. Outros sindicatos e entidades já manifestaram a intenção de ajudar na propagação do trabalho.

**Difusão** – O Sindjus vai colaborar na difusão da publicação. “Esta é uma iniciativa que merece todo o nosso apoio. O Judiciário deve sempre buscar a aproximação com a sociedade”, afirma o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

A primeira edição, com tira-

gem inicial de 110 mil exemplares, tem o patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF), e faz parte do projeto “Trabalho, Justiça e Cidadania”. Os autores trabalharam durante um ano na elaboração do material. Os personagens da história em quadros - Pedrão, Dona Nair, Jairo, Lu, Jotabê e Zizi – foram criados pelo cartunista Marcos Vaz.

Entidades, sindicatos e organizações interessadas em adquirir o material podem entrar em contato com a Anamatra pelo telefone (61) 322-0266 ou fazer o pedido pelo endereço [anamatra@anamatra.org.br](mailto:anamatra@anamatra.org.br)

**Um avanço** – De acordo com Grijalbo Coutinho, os trabalhadores do mercado informal e os autônomos ganharam com a reforma do Judiciário um grande auxílio na luta pelos seus direitos trabalhistas. Para ele, o dispositivo que prevê o julgamento dos conflitos envolvendo as pessoas sem vínculo empregatício é um avanço nas relações de trabalho. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 40 milhões de brasileiros nessa condição serão beneficiados com a mudança.

“Antes dessa alteração os trabalhadores sem vínculo formal ficavam totalmente desprovidos dos seus direitos. Agora a Justiça do Trabalho pode auxiliar essas pessoas, julgando aquilo que é de sua competência”, comemora Coutinho.

Segundo Coutinho, o País ainda precisa evoluir muito em relação ao julgamento dos conflitos trabalhistas. Ele diz que a Justiça do Trabalho tem de ser “distributiva”, atuando não apenas na reposição dos direitos, mas também punindo de forma severa quem descumpra a lei. “Se vivêssemos em uma sociedade menos desigual, o nosso papel seria secundário e assim não teríamos tantos conflitos em

juízo”, argumenta.

Coutinho informa que a Justiça do Trabalho injeta anualmente na economia cerca de R\$ 6 bilhões, resultado do julgamento de causas trabalhistas. Do total das ações em tramitação, estima-se que pelo menos R\$ 10 bilhões deverão ser devolvidos aos trabalhadores com a finalização dos processos.

**Reforma trabalhista** – Para o juiz, o País precisa modificar suas leis trabalhistas. Mas ele pondera que a reforma trabalhista deve ser mais discutida. “Nossa lógica é diferente. Entendemos que a reforma deve levar em conta o modo de produção capitalista e jamais reduzir direitos. Pelo contrário, eles devem ser ampliados”, diz.

Coutinho defende que a reforma trabalhista leve também em conta a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a eliminação das horas extras e a garantia da estabilidade no emprego. Nesse último caso, seguindo as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Alguns estudos demonstram que a redução da jornada de trabalho resultaria na criação de pelo menos seis milhões de novos empregos.

Coutinho argumenta ainda que nos países onde houve redução dos direitos trabalhistas o desemprego só cresceu. Cita o caso da Argentina, onde as alterações na legislação ocorridas durante o Governo de de la Rúa modificaram negativamente as relações trabalhistas, aumentando o número de desempregados.

Por fim, Coutinho afirma que a condução da atual política econômica no Brasil está contribuindo para o aumento do desemprego. “A Ordem dos Advogados do Brasil tem razão ao dizer que a política econômica tem de ser discutida. Não adianta pagar a dívida externa e não gerar emprego no País”, critica. ■

O Sindjus vai colaborar na difusão da publicação. “Esta é uma iniciativa que merece todo o nosso apoio. O Judiciário deve sempre buscar a aproximação com a sociedade”

# Cedo demais para sofrer

**Cristina Lima**

**O**s olhos tristes escondem um sofrimento de gente grande. Não adianta levar ao circo, ao cinema, ao *shopping*. Os sorrisos desaparecem dos lábios. Querem ficar sozinhas, isolam-se no quarto de dormir. Relutam em ir à escola, ficam sem fome, começam a ficar irritadas, brincam menos. As crianças que sentem esses sintomas podem sofrer de um dos grandes males que ainda desafiam a ciência no terceiro milênio: a depressão. Meninos e meninas de quatro, nove, dez anos muitas vezes precisam de tratamentos sérios para ajudá-los a superar a crise. E não são

raros. Dados da Organização Mundial de Saúde revelam que, em média, 5% das crianças com até 12 anos convivem com sintomas da depressão.

Estatísticas quase sempre desprezadas por pais e professores, que confundem o estado depressivo com hiperatividade, cansaço, birra ou problemas de aprendizagem. Os especialistas dizem que a depressão infantil é um transtorno do humor capaz de comprometer o desenvolvimento da criança ou do adolescente, e interferir no processo de maturidade psicológica e social. Podem até apresentar os sintomas clássicos da doença, como tristeza, ansiedade, mudanças no hábito alimentar e no sono, dores inespecíficas, fra-

queza, tonturas, mal-estar geral que não respondem ao tratamento médico habitual.

O vai-e-vem do dia-a-dia, a falta de tempo para ficar com as crianças acaba levando pais a descobrir que o filho sofre da doença quando ela já precisa ser tratada com profissionais. No Distrito Federal e em outras unidades da Federação, psicólogos e terapeutas começam a estudar melhor o tema. O assunto, que não é ensinado nas aulas clássicas da maioria das universidades do País, começa a ganhar espaço.

Em São Paulo, o número de crianças deprimidas que não recebem atendimento por falta de informação dos pais levou a psicóloga e mestre da Universida-

de Estadual de Campinas (Unicamp), Miriam Cruvinel, a publicar uma tese sobre o tema. A especialista concluiu, depois de acompanhar 169 meninos e meninas de uma escola de Ensino Fundamental de Campinas (SP), que 3,5% das crianças sofrem de depressão. "Isso prova que é um mal em expansão, que precisa de atenção de órgãos governamentais para impedir que o problema provoque estragos ainda maiores", afirmou.

Miriam Cruvinel considera o tema ainda pouco explorado e pesquisado no Brasil. "Os primeiros estudos começaram a aparecer na década de 60. No Brasil, começou bem mais tarde", afirmou, sem precisar o ano.

Inúmeros são os fatores que

contribuem para que a depressão se instale na criança. Um deles é de causa biológica. Crianças cujos pais têm ou tiveram períodos de depressão têm maiores possibilidades de vir a desenvolver um quadro depressivo. Entre os “agentes externos”, como denomina a pesquisadora, um dos mais sérios é a separação dos pais. Outros fatores são atritos familiares, criança solitária, rejeitada pelos amigos, além de questões escolares, associados aos problemas econômicos dos pais, cobrança exagerada em relação ao desenvolvimento escolar. No entanto, Miriam explica que o suicídio em crianças é raro.

Nas escolas do DF, é raro o tema ser exaustivamente discutido entre os professores e pais. A psicóloga escolar do NDA Jr, Mônica Chaperman, avalia que o problema é a falta de treinamento para conseguirem diagnosticar os sintomas. “É preciso ficar atento ao conjunto de atitudes que a criança de repente começou a apresentar”, alertou.

Para ela, os pais podem observar se os filhos sofrem com os sintomas da depressão passando mais tempo com eles, levando para brincar no parque ou até contando histórias. Na escola, meninos e meninas precisam ser observados também com o grupo. “Se eles observarem que há alterações sérias no comportamento, orientamos que procure um especialista”, sugeriu.

Mônica Chaperman diz que é comum, quando perdem um ente querido, as crianças apresentarem sinais de depressão, que pode ser confundido com a depressão clássica. “É preciso acompanhar como ela consegue lidar com isso e de que forma o problema foi tratado com ela”, comentou.

Foi o que aconteceu com o pequeno V., sete anos. Há dois, ele perdeu a mãe em um acidente automobilístico trágico, na véspe-

ra de Natal, nas Sete Curvas da BR-060, em Goiás. O menino, que até os três anos mamava e dormia agarrado ao peito da mãe, ficou em estado de choque. Não queria dormir, comer nem falar. comer nem falar. Demorou alguns dias a voltar a se comunicar. “Precisei levá-lo ao psicólogo para fazer terapia. Mas não precisei dar medicamentos. Foi com muito amor e atenção que ele conseguiu sair da crise”, comentou o pai de V..

**“Medicalização”** – A psicóloga Laércia Abreu Vasconcelos, professora do Instituto de Psicologia, Departamento de Processos Psicológicos Básicos da Universidade de Brasília (UnB), tem opiniões arrojadas quando o assunto é depressão infantil. Ela diz que há uma tendência na “medicalização de problemas sociais”. Questões sociais, familiares e escolares não são discutidas. “Padrões de comportamentos têm sido classificados como transtornos psiquiátricos quando não se tem um suporte suficiente para tais classificações”, comentou.

Para ela, pais e professores têm trabalhado com classificações de depressão, de transtorno de déficit de atenção ou hiperatividade como explicações para os padrões de comportamentos das crianças, deixando-se de lado uma discussão dos métodos educacionais selecionados, sem atenção para os detalhes da rotina da criança.

Laércia explicou que existem duas grandes correntes de discussão do tema depressão infantil: uma com ênfase em explicações biológicas e outra com ênfase em explicações histórico-ambientais. Mas o peso atribuído a elas é diferenciado. “Muitos psiquiatras concordam que um número muito maior de crianças poderia ter sido diagnosticado com depressão ou outros

transtornos psiquiátricos”, comentou. A psicóloga destaca que, para o analista do comportamento, os padrões de comportamentos depressivos devem ser cuidadosamente analisados considerando variáveis históricas e presentes voltadas para as áreas biológica, cultural e de aprendizagem.

É que as interações sociais da criança, a rotina dela com seus pais e professores serão fundamentais para compreender o desenvolvimento e fortalecimento dos padrões de comportamento depressivos, segundo afirmou Laércia. A psicóloga ressaltou que os modelos familiares apresentados às crianças como formas de solução de problemas, as práticas coercitivas de educação (ameaça de punição ou punição, rótulos depreciativos ou baixa utilização de elogios) farão parte da avaliação comportamental. “Pesquisas mostram, em estudos de depressão, a eficiência do tratamento psicoterapêutico superando os benefícios observados pelo tratamento farmacológico”, disse Laércia.

Para não errar, o ideal é brincar sempre com a criança. É sentá-la no colo, ler um livro de histórias, levá-la ao parquinho. Observar sempre. “Brincar é uma forma de comunicação com a criança. No mundo do faz-de-conta, brincando é sempre possível ensinar. Inclusive princípios de felicidade, da valorização do outro”, frisou Laércia.

A psicóloga, que põe em prática os conceitos que leciona com a filha de três anos, ensina: “É necessário o desenvolvimento de um vínculo de amor com os pais, sejam eles pais biológicos ou adotivos, ou ainda, outro membro familiar que desempenhe essa função, e isso não ocorre a partir dos 15 anos. Isso se desenvolve desde o berço...” ■

## Sinais e sintomas sugestivos de depressão infantil

- 1- Mudanças de humor significativa
- 2- Diminuição da atividade e do interesse
- 3- Queda no rendimento escolar, perda da atenção
- 4- Distúrbios do sono
- 5- Aparecimento de condutas agressivas
- 6- Auto-depreciação
- 7- Perda de energia física e mental
- 8- Queixas somáticas
- 9- Fobia escolar
- 10- Perda ou aumento de peso
- 11- Cansaço matinal
- 12- Aumento da sensibilidade (irritação ou choro fácil)
- 13- Negativismo e Pessimismo
- 14- Sentimento de rejeição
- 15- Idéias mórbidas sobre a vida
- 16- Enurese e encoprese (urina ou defeca na cama)
- 17- Condutas anti-sociais e destrutivas
- 18- Ansiedade e hipocondria

# O novo e a novidade

## TT CATALÃO

**P**ara 2005 ser realmente novo vamos ter que mudar a atitude bem lá no fundo, na raiz, sem confundir novidades maquiadas pelas trocas das embalagens com o novo que realmente altera o cotidiano, o comportamento e o jeito de nos relacionarmos com o próximo, consigo e com o meio (ambiente, político, social, cultural etc). Trocar de calendário é automático, já trocar de vida!

Seremos bombardeados em dezembro pela nostalgia dos fatos "espetaculares de 2004". Geralmente, a mídia só faz retrospectiva dos "grandes fatos". Ela descarta a reflexão. Não trata fatos como resultado com vários antecedentes em diversos contextos e leituras. Seria exigir demais da grande mídia uma postura que não fosse pautada só pelo sensacional?

As retrospectivas virão cheias de clichês em busca da emoção fácil e tratarão os fatos com um tom de aventura apelativa. Principalmente as imagens apressadas em "novelizar" a edição piegas do caos cotidiano. Como se o "principal" fosse o ditado pelo mercado onde impera o padrão. O pior é se acreditarmos cegamente em tais retrospectivas como realmente fiéis ao que foi o ano. Desconfiar faz muito bem para a cidadania e é mais salutar ainda para a democracia. Monte a sua. Seria dar muito crédito a empresas

jornalísticas, pressionadas por lucros que alimentam suas grandes máquinas, engolir tudo sem crítica, embora o jornalismo brasileiro tenha melhorado em muitos aspectos.

Desconfiemos da mídia voltada para o grande negócio da notícia (vender sempre mais e obter maiores audiências). Seria algo realmente novo em 2005 se a cidadania fosse radicalizada na exigência de um jornalismo com a qualidade profissional técnica, não só pelos truques da diagramação bonitinha e "modernosa", mas por um jornalismo comprometido com a causa maior que o legítima (ou deveria legítima) sua própria existência: o serviço aos seus leitores, espectadores e audiências em um misto que reúna formação e informação.

**O que interessa?** – Quando você ouvir, ler e rever retrospectivas sobre 2004, faça um teste para relacionar o que é que realmente repercutiu em sua vida. E não proponho nenhum exercício narcisista ou alienante que pode não achar a invasão do Iraque distante da mentalidade arrogante que recusa o aquecimento global, que trata o que é diferente como ameaça, e manterá o padrão colonizador de domínio e submissão (algo que nos afeta). Faça aqui um passeio de relevâncias pessoais de 2004, que certamente não será a sua retrospectiva ideal. Cada um pode mapear a sua, sem falar naquela, individual de "pe-

quenas coisas", as que não foram notícia, mas tocaram profundamente seu caminho pessoal e coletivo. Neste aparentemente banal da intimidade também se constrói a história, pois é a nossa condição humana que nos impulsiona ao outro e provoca mudanças no meio.

**O tal 2004** - Uns fatos, em meu diário nada rigoroso, alinhados como uma conversa solta, lembram que começamos 2004 com o episódio do dedão ofensivo do piloto norte-americano no aeroporto. Havia a recusa em ser fichado e a coisa foi tratada como "represália", "orgulho nacional ferido", com muita defesa da honra aviltada em episódios ridículos de um ato burocrático. Lembrar da manchete profética do *The Independent*, de Londres, em 8 de janeiro, que dizia ser "*a política ambiental de Bush ameaça maior para o mundo que o terrorismo*". Ninguém falou mais do vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo dos dutos da Petrobrás deixando mancha de 50 km<sup>2</sup> no mar carioca. Talvez o volume da verba publicitária e patrocínios colaborem na amnésia. No mundo, a Gripe do Frango provocou a matança recorde de animais e aprofundou a suspeita (como Vaca Louca, aftosa, pragas na agricultura são armas econômicas da biopirataria contra o Terceiro Mundo). Enquanto o então ministro da Educação, Cristovam Buarque, foi atender o celular e não era uma nova bandeira de

luta, mas a demissão. Por telefone. Repercutiu muito pela "orfandade" de Brasília na esperança contra o medo, frustrada também na virada dos tribunais que livraram Roriz da cassação (o presidente Sepúlveda Pertence decidiu até votar para o placar não registrar, assim, um massacre de 5 x 0). Doeu mais o martírio dos quatro fiscais do Ministério do Trabalho, heróis do serviço público no cumprimento do dever.

Se 2004 fecha com números alentadores para a economia macro, como esquecer que em janeiro registrávamos que a dívida externa cresceu 27% e a metade do que o País produz vai pagar juros? O arroz ficou 33% mais caro. No Lago Norte, a ação de vândalos quebra oito paradas de ônibus e mostra o quanto gangues fugiram do controle policial (sem falar na falência das políticas públicas culturais para envolver a juventude).

**Índios e bingos** – Os índios guaranis de Mato Grosso do Sul perdem a paciência e ocupam 14 propriedades por 41 dias. Depois viriam os episódios de Raposa/Serra do Sol e o massacre dos garimpeiros pelos cintas-largas. Mogno, diamante e ouro nas reservas mudam o perfil das tribos e da cobiça. E se a gente olha pro bolso, vê 30 % do orçamento familiar escoar nos impostos dos serviços públicos. O ano termina com uma campanha cívica pela exigência radical de aplicação digna da opressiva carga de

impostos. É a diferença entre o Estado impostor e o Estado coletor para o bem público. No início do ano tivemos o episódio Valdomiro e os respingos no Planalto. A máxima do mês foi: “*non quieta movere*” destinada a “*não mexer no que está quieto*”. Aberta a caça aos caça-níqueis, o banguê-banguê dos bingos, en-

Desconfiemos da mídia voltada para o grande negócio da notícia (vender sempre mais e obter maiores audiências). Seria algo realmente novo em 2005 se a cidadania fosse radicalizada na exigência de um jornalismo com a qualidade profissional técnica, não só pelos truques da diagramação bonitinha e “moderna”, mas por um jornalismo comprometido com a causa maior que o legítima (ou deveria legítimar) sua própria existência: o serviço aos seus leitores, espectadores e audiências em um misto que reúna formação e informação.

quanto os celulares do presídio Bangu-1, no Rio, continuaram no comando do tráfico e acentuaram o Estado paralelo do crime na cidade maravilhosa. A CNBB escolheu para a Campanha da Fraternidade o tema da água como fonte de vida, extremamente oportuno para a polêmica transposição do rio São Francisco (tema forte para 2005) enquanto o semi-árido se libertava com cisternas captando chuva. No meio ambiente tristeza com a imposição na marra da soja transgênica quando o mundo civilizado (Europa, por exemplo) recusa a *comida Frankenstein*. Para nossa tristeza, 957 municípios brasileiros continuaram sem bibliotecas públicas. Embora o MinC tente operar mudanças estruturais para descentralizar a Lei Rouanet de incentivos para atender o país além do Rio-SP e criar estruturas de base. A luta continua e é contínua. Caso também da tentativa de regularização ou regulamentação da Ancinav e do Conselho Federal de Jornalismo. Grupos privilegiados e panelinhas saltaram na jugular da mudança e 2005 continuará o debate. Percebemos que quem precisa mesmo de inclusão social é o Estado, tal o divórcio entre sociedade, carência e infra.

**More Bush** – Voltando ao mundo, vale lembrar o gordinho que bocejou no discurso de Bush, mas a vitória viria para mais quatro anos, dada pelo chamado “fundamentalismo cristão” ou radicalismo das seitas totalitaristas que colocam o mundo sob nova guerra religiosa. No Brasil também cresceram os rumores da intolerância religiosa com perseguições explícitas aos cultos afros e até impondo para “baianas convertidas” que chamassem o acarajé (comida de lansa) de “bolinhos de Jesus” (fervidos em soja, pois

o dendê seria o “óleo do diabo”). Um perigo para a democracia mestiça do Brasil. Em compensação, Mãe Railda, a primeira ialorixá de Brasília, que fundou o *Opô Aforjá* na cidade, em 1968, recebe o título de Cidadã Honorária.

Balangandás à parte, Bush, não tem o que comemorar em 9 de abril, o primeiro ano da invasão de Bagdá. Nada de arsenais químicos. Apenas fotos humilhantes de prisioneiros e o trágico número do milésimo soldado dos EUA morto em novembro. Para as fotos foram criados novos eufemismos para as práticas de “tortura”, rebatizadas como “*táticas de interrogatório de alta pressão*” ou “*métodos não-convencionais de investigação*”. Na vitória contra Kerry, desta vez sem a dúvida de ficção levantada pelo cineasta Moore em seu excelente *Fahrenheit 11/9*, ficou um sabor de disputa Pepsi e Coca: dá no mesmo com um pouquinho de mudança na superfície. Sobre os ecos da ação de Bin Laden, a mancha dos direitos civis americanos (um libelo para o mundo) pairando com as medidas duras do *USA Patriot Act*, que libera investigação de cidadãos como nas republiquetas das bananas em acesso a prontuários médicos por autoridades, liberação facilitada de grampos telefônicos, rastreamento de e-mails individuais, listagem de livros consultadas em bibliotecas, devassa em cartão de créditos, sem falar na facilidade maior para as buscas em residências. Tudo em nome do sagrado combate ao terror. A nova Rússia teve o amargo pesadelo da matança na escola de Osséia do norte pelos guerrilheiros tchetchenos, e em Madri os trens da intolerância também foram bombardeados. Para fechar 2004, as fraudes em Kiev provocam nova eleição e até o envenenamento do candidato da oposição ficou comprovado.

**Powell e Apoena** – Em Brasília, Colin Powell passeou sem passeatas antiimperialistas (talvez os estudantes estivessem de porre-ecstasy das raves ou em algum shopping). Comemorado, com gravação de CD histórico, os 20 anos do *Concerto para Buzinas* (obra do maestro Jorge Antunes e TT Catalão) contra o sepultamento das Diretas-Já. Saiu o primeiro mapa dos biomas brasileiros: Cerrado e Mata Atlântica lideram a devastação impiedosa. Em novo relatório do disco lançado com a nave *Voyager*, em 1977, para contatos extraterrenos, escritos de Carl Sagan revelam que ele queria *He Comes the Sun*, do *beatle* George Harrison, para integrar a mostra de música popular do planeta Terra. A mesquinha dos direitos autorais não permitiu o uso. Explica-se porque até agora nenhum alienígena reagiu a esse primeiro CD intergaláctico que vaga no Cosmos. Maradona peregrinou miseravelmente entre UTIs e internações cubanas. Fidel tropeçou. Um degrau de 20 cm fez o que um arsenal não conseguiu até hoje: derrubá-lo, mesmo por alguns minutos. O vôo de Daiane foi abortado pelo imenso peso jogado em suas asas de graúna com tanta patriotada hipócrita que só pensa em atleta quando querem pódio de magogo. Olimpíadas da frustração. Caymmi fez 90 anos e consolidou seu estado de Budanagô. Prantos pela morte do poeta Wally Salomão, Fernando Sabino e Arafat. Morte trágica de Apoena (do xavante “*aquele que vê longe*”) Meirelles em Rondônia, um crime estúpido para um grande exemplo de vida.

Nosso querido Lula é taxado como alcoólatra e o destemperado da reação ao jornalista irresponsável foi pior que a leviandade da acusação. Estranhos índices de queimados em hospitais revelam que o povo se auto-imola no risco de cozinhar com álcool,

pois não há dinheiro para comprar gás. Pior queima foi a mancha covarde dos sem-teto paulistas. Arrepios ao ver Marta e Maluf em um mesmo palanque. Derrota do PT deu fôlego até ao comedido luminar doutor FHC a destravar a língua, polida e acadêmica, para antecipar a sucessão. Duda Mendonça não se aporrinha. Enquanto isso, *O Globo*, em capa, publica a foto mais emblemática do Brasil-paralelo que o crime impõe: um pai leva em carrinho de supermercado o filho morto, pois nem a polícia nem o IML conseguiram subir o morro. O que nos faz lembrar do bandido colombiano Pablo Escobar, quando se referia ao suborno de juízes e advogados: "com eles é prata ou plombo". Ou grana corruptora, ou chumbo das balas. Duas estudantes são mortas a facadas em escolas do DF. Ratos infestam a descontrolada ocupação de Brasília (crime eleitoral e ambiental nos guetos do loteamento irregular que o governo federal "esqueceu", talvez em nome do apoio do PMDB, agora rompido). *Hantavirus* faz dezenas de vítimas na periferia do Patrimônio Cultural da Humanidade. Sempre esquecemos que a cada R\$1,00 investido em saneamento é economia de R\$ 4,00 na Saúde. Na combalida Câmara Legislativa, crises permanentes na ética e decência, temos o deputado Carlos Xavier cassado e o presidente Benício sob suspeitas.

**Apocalipse, uau** – Dois filmes tocaram na catástrofe planetária em 2004: *O Núcleo* e *O dia depois de amanhã*, quando *O Núcleo* fala das ex-

periências nucleares subterrâneas nunca assumidas pelos governos ricos do mundo que poderiam desestabilizar o campo eletromagnético da Terra. "*O Dia*" aborda o aquecimento global e o desequilíbrio do clima, fato que só os EUA de Bush não reconhecem ao recusarem o Tratado de Kyoto. A Rússia quebrou o protocolo e ratificou a regulamentação. Falta um filme sobre as explosões solares que aumentam a cada ano. Tal atividade poderá um dia tornar inoperantes todos os satélites de comunicação do mundo: seria o colapso via Internet mais grave do sistema. Um vírus radioativo jamais imaginado pelo

homem. O que ninguém toca é na ascensão da China como potência econômica a uma velocidade impressionante. Ninguém quer perder o tal mercado (que toma mais que dá) e não se fala mais em libertação do Tibete, ou que Pequim tem a maior emissão de CO2 que Tóquio e Los Angeles. Ou ainda lembram que a palavra chinesa "*guanxi*" (troca de favores, tráfico de influência, lobby) é a nova onda do dragão. Arquivos foram abertos na Argentina e revelados detalhes sobre os 9 mil mortos e presos políticos sob tortura e a frase do Prêmio Nobel de 1973, Henry Kissinger, aos militares portenhos endos-

sando "ações drásticas": "*Quanto mais rápido vocês prevalecerem, melhor será*". Sob qualquer método. Como o Brasil não paga mico, mas Mickey, também presta a serem abertos, os arquivos do Araguaia e o Caso Herzog, que mesmo sob uma apressada reportagem (o afã do furo) serviu para mexer na Defesa e nas cicatrizes mal saradas do totalitarismo nacional.

Ainda bem que a Rádio Nacional do Rio voltou e poderia ser a "TV Globo" da cidadania, no rádio, se projeto político existisse para tal. Em julho, iniciado o desarmamento do País e logo os índices de morte por arma de fogo cairiam em São Paulo.

Para encerrar com a cultura, ressaltar que o grande momento do Festival de Cinema de Brasília foi o filme sobre *Dom Helder*, de Érika Bauer, e as justas homenagens ao cineasta (olho implacável da história documental brasileira) Vladimir Carvalho, com a exibição da cópia restaurada do esplêndido *O País de São Saruê* (censurado por nove anos e depois dilapidado pelo tempo). Um filme ainda tragicamente atual pelos mecanismos da miséria no campo, a terra rica que abriga fome, e a linguagem estética que é concreta entre forma e conteúdo. Tudo na busca da justiça libertária de *Saruê*, uma espécie de utopia sertaneja possível de ser realizada se assim todos decidirem e quiserem, e colocá-la como plano de vida. Olha aí algo realmente novo, diferente da novidade, para fazer de 2005 um ano realmente novo. Vale tentar. Ou ficar só trocando de calendário blablá e coisa e tal.

Feliz vida nova! ■





# Justiça, dever de todos

Em 2005, vamos, juntos, ajudar a escrever uma nova página na história de nossa sociedade, para que os direitos de todos sejam respeitados e as relações entre as pessoas sejam mais justas.

A todos os nossos associados, um Feliz Natal e um Ano Novo de muitas lutas, novas esperanças e grandes realizações.

A Diretoria Colegiada